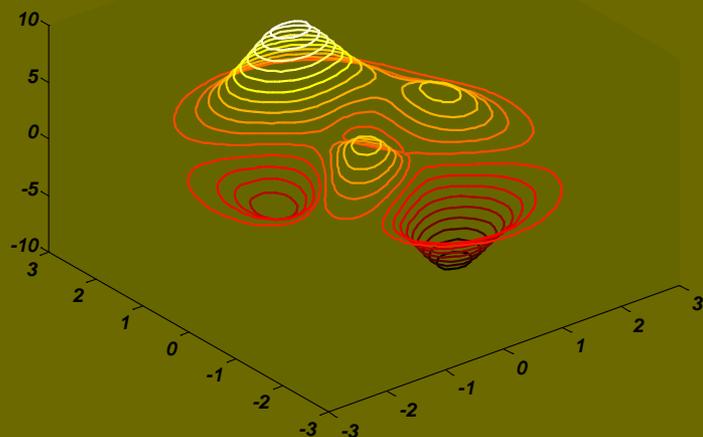


Centro de Economia Aplicada

Boletim UFS de Conjuntura

Julho, 2012



Cenário Internacional
Economia Brasileira
Economia Sergipana

Tema Setorial: Elasticidade-preço da
demanda por alimentos no Brasil (2003-
2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA

Avenida Marechal Rondon, S/N

Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE

CEP: 49.100-000

Telefones: (79) 2105-6774, (79) 2105-6811

O **Boletim UFS de Conjuntura** é uma publicação trimestral do Centro de Economia Aplicada da Universidade Federal de Sergipe. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, o ponto de vista do Departamento de Economia ou do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia.

Índice

1. Cenário Internacional	03
Atividade econômica	03
Comércio internacional	04
Preços	05
2. Economia Brasileira	06
Atividade econômica	06
Inflação e política monetária	11
Crédito	14
Finanças públicas	16
Setor externo	18
3. Economia Sergipana	20
Atividade econômica	20
Crédito	22
Finanças públicas	23
Balança comercial	25
4. Tema Setorial: Elasticidade-preço da demanda por alimentos no Brasil (2003- 2009)	26

Equipe Técnica

Luiz Rogério de Camargos (coordenador)
Antony Peter Mueller
Fernanda Esperidião
José Ricardo Santana
Marco Antonio Jorge
Wagner Nóbrega

Equipe de Apoio

Ana Carolina Monteiro Rebêlo
Ítalo Spinelli da Cruz

1. Cenário Internacional

Não mudou muito em relação ao trimestre passado. A economia global manteve-se fraca. A área do euro, em particular, continua a sofrer com a deterioração do crescimento econômico que se tornou negativo no primeiro trimestre de 2012. Se não fosse a Alemanha, o número seria ainda mais desastroso. No entanto, na Alemanha, também, as taxas de crescimento econômico têm vindo a diminuir de forma constante e registrou-se apenas uma taxa de crescimento de 1,2 % no primeiro trimestre de 2012. Curiosamente a mesma tendência como se nota para a Área do Euro vale para o Reino Unido. Embora não faça parte da moeda comum europeia, o crescimento britânico continua ser baixo. No Reino Unido as taxas de crescimento foram 0,78 % no quarto semestre e de 0,1 % negativo enquanto para a Área do Euro, as taxas foram quase as mesmas com 0,7 % no quarto trimestre de 2011 e -0.1 % no primeiro semestre de 2012.

Uma imagem um pouco mais brilhante é mostrada pelo os Estados Unidos e do Japão. O crescimento econômico subiu para 2,0 % nos Estados Unidos e para 2,6 % no Japão no primeiro trimestre de 2012. O Japão tinha taxas de crescimento negativas nos quatro trimestres anteriores, portanto, há efeito de base com a cifra para a Japão. No entanto esses números para os EUA e Japão são confirmadas pelas cifras da produção industrial. A produção industrial nos Estados Unidos subiu a 3,8 % no primeiro trimestre e a 3,1 % no Japão.

Quanto às perspectivas se pode observar que a crise econômica que começou nos EUA e depois se espalhou para a Europa se torna cada vez mais globalizada. Não há locomotiva em vista que poderia puxar a economia mundial de sua queda. O que está acontecendo com a economia mundial não é um craque súbito, mas um declínio passo a passo.

1.1 Atividade Econômica

Tabela 1.1 - Produto Interno Bruto

Países selecionados	Variação ^{1/} (%)				
	2011				2012
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	1ºTri
Estados Unidos	2,2	1,6	1,5	1,6	2,0
Área do Euro	2,4	1,7	1,4	0,7	-0,1
Alemanha	4,6	2,9	2,6	2,0	1,2
Reino Unido	1,6	0,6	0,5	0,8	-0,1
Japão	-0,6	-1,0	-0,2	-0,6	2,6

Fonte: FMI

1/ Trimestre/ trimestre do ano anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 1.2 - Produção Industrial

Países selecionados	Variação ^{1/} (%)				
	2011				2012
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	1ºTri
Estados Unidos	2,7	0,8	0,8	0,9	3,8
Área do Euro	6,8	3,9	4,0	-0,1	
Alemanha	13,6	9,2	10,1	4,2	
Reino Unido	1,2	-1,4	-1,6	-3,0	-3,0
Japão	-2,5	-7,2	-1,8	-0,8	3,1

Fonte: FMI

1/ Trimestre/ trimestre do ano anterior; séries com ajuste sazonal.

1. Cenário Internacional

Não houve grandes mudanças no comércio internacional durante os últimos trimestres. Os EUA têm déficit em conta corrente mesmo de mais que 3 % em relação com o produto interno bruto (PIB). O mesmo como já foi o caso por décadas. O déficit em conta corrente para os EUA foi de 3,2 % no último trimestre de 2011 e, como tal, é apenas ligeiramente menor que os trimestres anteriores, quando atingiu 3,4 % no segundo trimestre e também 3,4 % no terceiro trimestre de 2011.

Alemanha, por outro lado, continua a ter excedentes extremos e no quarto trimestre de 2011 ela atingiu um superávit de 7,4 % o mesmo como era no primeiro trimestre de 2010. Comparado a Alemanha, os superávits em conta corrente da Japão e da China são bastante moderados. No último trimestre de 2011 o Japão teve um superávit na conta corrente de 0,8 % do PIB, enquanto a China teve um superávit de 3,0 % no terceiro trimestre de 2011.

Mais grave que o déficit em conta corrente dos EUA é o déficit do Reino Unido porque o papel da libra britânica tem apenas um papel rudimentar como moeda global. Mesmo tendo uma taxa de crescimento negativa no primeiro trimestre de 2012, o Reino Unido registrou um déficit em conta corrente de 1,9 % no último trimestre de 2011 após ter um déficit de 3,4 % no terceiro trimestre de 2011.

Com exceção da China, as taxas de juros estão em um nível extremamente baixo nas principais economias. O banco central dos Estados Unidos manteve sua taxa estável em 0,25 % desde 2011 enquanto o Reino Unido manteve uma taxa de 0,50 %. O Banco Central Europeu baixou a taxa de juros a 1 % desde Janeiro de 2012. O Banco do Japão não alterou sua taxa de juros extremamente baixa de 0,10 % enquanto o banco central da China aumentou ligeiramente sua taxa para 6,56 % desde Julho de 2011.

1.2 Comércio Internacional

Tabela 1.3 - Conta Corrente

Países selecionados	% PIB				
	2010	2011			
	1ºTri	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri
Estados Unidos	-3,0	-2,6	-3,4	-3,4	-3,2
Área do Euro	0,1	-0,9	-0,8	0,1	1,4
Alemanha	7,4	6,4	4,0	5,2	7,4
Reino Unido	-3,4	-1,8	-0,5	-3,4	-1,9
Japão	3,1	3,4	1,3	2,6	0,8
China	5,3	2,0	3,5	3,0	..

Fonte: FMI

Tabela 1.4 - Taxas de juros oficiais

Países selecionados	Média no período (% a.a)				
	2011		2012		
	abr	jul	out	jan	abr
Estados Unidos	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Área do Euro	1,25	1,50	1,50	1,00	1,00
Reino Unido	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Japão	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
China	6,31	6,56	6,56	6,56	6,56

Fonte: FMI

1. Cenário Internacional

Em face das turbulências e incertezas na Europa não chega ser surpresa que o euro se enfraqueceu contra o dólar dos EUA. A taxa caiu de 1,43 dólares por euro em maio de 2011 para 1,28 dólares por euro em maio de 2012. A queda do euro está em plena sintonia com o cenário internacional. Na verdade, a surpresa não é que o euro caiu, mas que ele tinha caído relativamente pouco.

A taxa do dólar contra a libra esterlina se manteve relativamente estável, bem como a taxa de iene e o dólar, enquanto a taxa de câmbio da moeda chinesa se reforçou ligeiramente contra o dólar. Para o alívio do governo brasileiro o dólar continuou a subir e chegou perto do 1,99 no maio de 2012 depois de ainda ter um valor de 1,60 em agosto de 2011.

O preço do ouro era surpreendentemente estável ao longo dos últimos 12 meses. No momento, é o dólar mais do que o ouro que é visto como um porto seguro.

Enquanto em maio de 2011 o preço do ouro atingiu 1535,9 dólares foi em 1526,6 por onça no maio 2012.

Os preços das commodities estão caindo. Petróleo que era ainda 122,7 dólares por barril em fevereiro 2012 caiu para 101,9 em maio deste ano. O milho está por baixo de 656,5 dólares para 555,3 dólares por bushel no mesmo período, enquanto o café caiu de 203,7 a 160,7 e açúcar de 25,7 para 19,4 centavos de dólar por libra. Apenas a soja manteve-se firme como foi citado 1376 em maio de 2011 e 1340 centavos de dólar por bushel em maio de 2012.

Dada a queda dos preços das commodities e do petróleo em particular, bem como tendo o preço do ouro em conta como um indicador de expectativas inflacionárias pode-se prever que a inflação não é um risco imediato no momento.

Antony Peter Mueller

1.3 Preços

Tabela 1.5 - Cotações do dólar

Moedas selecionadas	Média no período				
	2011		2012		
	maio	ago	nov	fev	maio
Dólar/Euro	1,43	1,43	1,36	1,32	1,28
Dólar/libra esterlina	1,63	1,64	1,58	1,58	1,59
Iene/dólar	81,26	77,22	77,58	78,39	79,72
Yuan/dólar	6,50	6,41	6,34	6,30	6,31
Real/dólar	1,61	1,60	1,79	1,72	1,99

Fonte: FMI

Tabela 1.6 - Ouro e principais commodities

	Cotações fim de período				
	2011		2012		
	maio	ago	nov	fev	maio
Ouro ^{1/} - NY	1535,9	1829,3	1745,5	1711,3	1562,6
Petróleo Brent ^{2/}	116,7	114,9	110,5	122,7	101,9
Milho ^{3/}	747,5	757,5	601,3	656,5	555,3
Café ^{4/}	264,6	289,1	233,8	203,2	160,7
Soja ^{3/}	1376,0	1449,0	1131,3	1313,5	1340,0
Açúcar ^{4/}	23,2	29,7	23,7	25,7	19,4
Trigo ^{3/}	782,3	745,3	595,8	664,3	643,8

Fonte: Bloomberg

1/US\$/oz-troy

2/US\$/barril

3/Cents \$/bu

4/Cents \$/lb

2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

Comércio

Os indicadores de atividade econômica vêm mostrando uma desaceleração no primeiro quadrimestre deste ano: o IBC-BR, elaborado pelo Banco Central, caiu três pontos percentuais em relação ao final do ano passado. Ainda que este seja um movimento sazonal, o gráfico 2.1 mostra que a desaceleração em 2012 é mais intensa quando comparada à do início de 2011.

A razão para o presente desaquecimento é a retração da indústria de transformação, atualmente em nível inferior ao do início de 2010. A queda só não foi ainda maior devido ao bom desempenho do comércio varejista, cujo volume de vendas cresceu 2,7% no trimestre encerrado em abril, sustentando o ritmo do trimestre anterior.

No presente trimestre todos os segmentos do comércio varejista apresentaram crescimento significativo e superior ao obtido no trimestre anterior, exceto no caso do comércio de materiais de escritório, informática e comunicação que vem apresentando um comportamento bastante volátil, como se pode observar na tabela 2.1.

Já o comércio ampliado, que inclui as vendas de material de construção e veículos leves, teve um desempenho mais tímido no trimestre, com expansão de 1,4%, em razão da queda nas vendas de automóveis e motocicletas que recuaram 3,6%. O fraco desempenho deste segmento motivou a adoção das medidas de redução tributária para o setor por parte do governo federal. Agora resta saber com que intensidade o setor reagirá, dado que os bens de consumo duráveis têm alta elasticidade-renda, mas o produto interno bruto ainda cresce de forma bastante tímida, como se verá adiante.

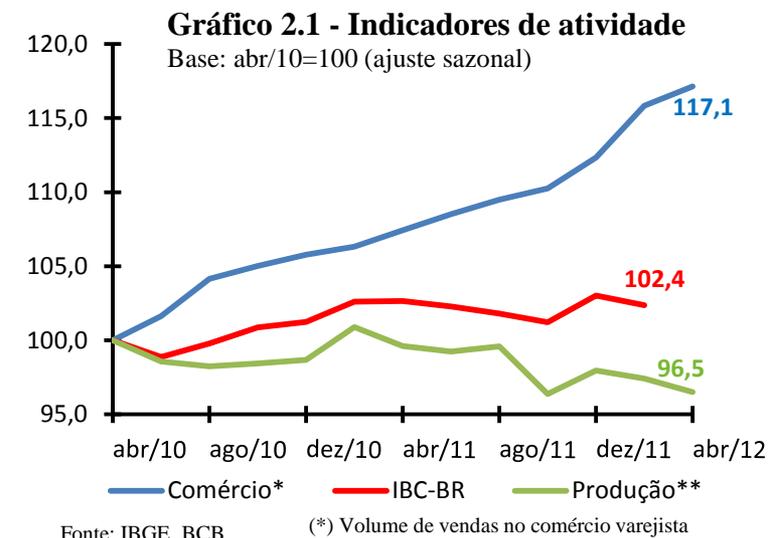
José Ricardo de Santana
Marco Antonio Jorge

Tabela 2.1 - Volume de vendas no Comércio

	Variação ^{1/} (%)				
	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
Comércio varejista	1,2	1,6	1,0	3,0	2,7
Combustíveis e lubrif.	-0,6	-1,1	0,4	1,6	3,2
Hiper e supermercados	1,0	1,0	1,1	3,2	3,6
Móveis e eletro.	2,7	3,4	2,4	3,9	4,4
Eq. e mat. p/ esc., inf. e com.	0,0	18,0	1,1	9,3	0,7
Comércio ampliado	1,6	1,3	-1,2	3,2	1,4
Automóveis e motos	0,8	0,5	-5,9	5,9	-3,6
Material de construção	2,0	0,9	0,3	5,1	4,7

Fonte: IBGE

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.



2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

Indústria

O desempenho da indústria no trimestre encerrado em abril beirou a estabilidade, caindo 0,1%, puxado pela retração da indústria de transformação que caiu 0,2% no período enquanto a indústria extrativa apresentou crescimento de 1,5%, revertendo a queda ocorrida no trimestre anterior.

Pode-se notar que o presente desempenho é pior do que o apresentado no trimestre encerrado em abril de 2011, quando a produção industrial havia crescido 1,4%.

Dentre os segmentos da indústria de transformação foram particularmente ruins os desempenhos da indústria de bens de capital – que apresenta retração pelo quarto trimestre seguido – e de bens de consumo duráveis, que voltou a cair no presente trimestre. A produção de ambos os segmentos recuou 2,7% no período.

Apesar do desempenho pífio da indústria aumentou o nível de utilização da capacidade instalada dos segmentos de bens de capital, bens de consumo e indústria geral para 82,9% no caso dos dois primeiros e 83,5% no caso da última. O único segmento cujo nível de utilização supera a média do setor que é a indústria de materiais de construção apresentou recuo de quase um ponto percentual em relação ao trimestre encerrado em janeiro, caindo para 87,4%.

O gráfico 2.2 mostra que as medidas de política fiscal expansionista adotadas pelo governo federal em um primeiro momento não devem acarretar pressões inflacionárias sobre o preço dos produtos industriais posto que há capacidade ociosa para elevar sua produção.

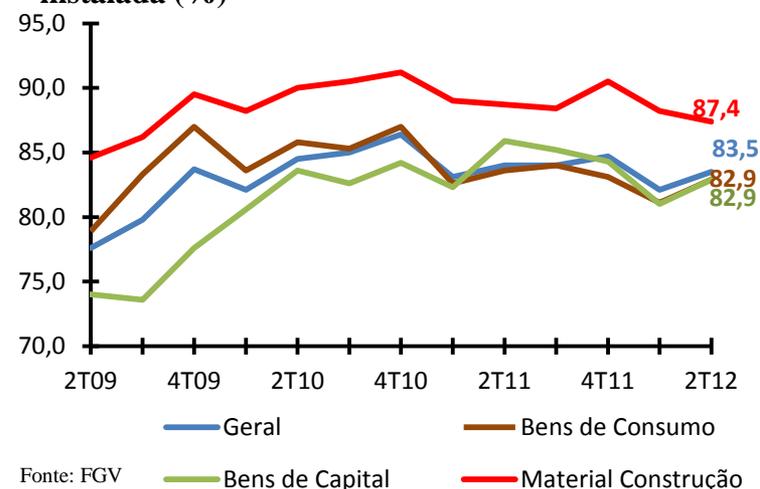
Tabela 2.2 - Produção Industrial

	Variação ^{1/} % no trimestre				
	2011		2012		
	abr	jul	out	jan	abr
Indústria geral	1,4	-0,3	-1,6	-1,3	-0,1
Extrativa	-1,2	1,4	0,5	-1,4	1,5
Transformação	1,4	-0,7	-2,1	-0,7	-0,2
Por categoria de uso					
Bens de capital	3,2	-0,6	-2,5	-5,0	-2,7
Bens intermediários	0,6	-0,1	-1,3	-0,7	0,1
Bens de consumo	1,0	-1,0	-3,2	1,3	0,0
Duráveis	0,8	-2,8	-7,1	0,4	-2,7
Semi e não duráveis	1,4	-1,3	-1,3	1,4	0,7

Fonte: IBGE

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Gráfico 2.2 - Utilização da Capacidade instalada (%)



José Ricardo de Santana
Marco Antonio Jorge

2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

Mercado de trabalho

Foram gerados no mês de abril passado cerca de 217 mil empregos formais no País. Ainda que esta cifra seja inferior ao número de postos de trabalho gerados em abril de 2011 (272 mil), trata-se de um bom resultado, considerando-se o contexto de desaceleração da atividade econômica a partir de meados do ano passado. O dado mais recente, de maio/12, registra a criação de quase 140 mil empregos no mês. Com isso, nos primeiros cinco meses do ano foram gerados quase 878 mil vagas em 2012.

Como tem sido praxe nos últimos anos, o setor de serviços foi o principal empregador em abril, seguido (de longe) pelo setor de construção civil e pelo comércio, que parece reagir às medidas de redução tributária adotadas pelo governo federal para alguns setores. Vale lembrar que no primeiro bimestre do ano o comércio foi o único setor que registrou fechamento líquido de vagas: cerca de 39 mil (vide Boletim anterior).

No mês de maio, no entanto, o setor que mais criou vagas no País foi a agricultura: 46,2 mil postos, seguida pelo setor de serviços (44,6 mil) e indústria de transformação (20,3 mil). A exceção decorre de fatores sazonais, quais sejam, o cultivo de café e cana-de-açúcar na Região Sudeste.

No acumulado do ano (janeiro a maio) o setor de serviços foi o principal empregador, criando mais de 420 mil postos formais, seguido pelo setor de construção civil (+ 193 mil) e pela indústria de transformação (+ 117 mil). Em termos relativos, no entanto, a expansão mais significativa verificada no período foi a da construção civil: aumento de 6,7% enquanto o emprego formal do País cresceu 2,3% no

Tabela 2.3 - Evolução do mercado de trabalho

	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
Emprego formal - Total^{1/}	272	141	126	119	217
Indústria de transformação ^{1/}	51	24	5	37	30
Construção civil ^{1/}	30	26	10	42	41
Comércio ^{1/}	42	29	61	-36	34
Serviços ^{1/}	114	46	77	61	83
Outros ^{1/}	35	17	-27	14	29
Taxa de desemprego aberto (%)	6,4	6,0	5,8	5,5	6,0
Pessoal ocupado (em mil)	22.313	22.476	22.682	22.513	22.709
Pessoal desocupado (em mil)	1.537	1.444	1.385	1.313	1.462

Fonte: MTE, IBGE

^{1/} Saldo de postos de trabalho no período (em mil)

2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

período.

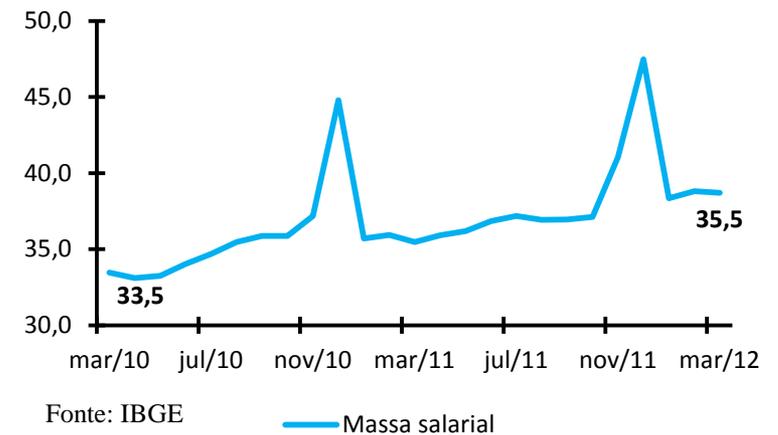
A taxa de desemprego aberto calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas fechou o mês em 6%. Em que pese o aumento com relação a janeiro, tal comportamento é característico no início do ano e a taxa permanece abaixo do nível de 6,4% de abril de 2011.

Com isso, o número de desempregados neste conjunto de regiões, de cerca de 1,45 milhão de indivíduos é inferior em 85 mil pessoas na comparação com abril passado.

A geração de empregos do primeiro quadrimestre, no entanto, não foi suficiente para manter a tendência de crescimento da massa salarial média real em abril, cf. se pode observar no gráfico ao lado. Felizmente, o dado mais recente da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE indica que a massa salarial voltou a crescer no mês de maio, estimada em R\$ 40 bilhões. Resta confirmar se este é já um resultado das recentes medidas de política fiscal expansionista adotadas pelo governo federal.

José Ricardo de Santana
Marco Antonio Jorge

Gráfico 2.3: Massa salarial média real
(R\$ bilhões)



2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

Produto Interno Bruto

O produto interno bruto desacelerou-se pelo quinto trimestre seguido, encerrando o primeiro trimestre de 2012 com uma taxa anual acumulada de crescimento de 1,9%, ainda menor que os tímidos 2,7% de crescimento de 2011.

Os três grandes setores da economia mostraram desaceleração em comparação ao acumulado no trimestre anterior, sendo mais expressiva a redução na geração de valor adicionado da agropecuária (de 3,9% para 0,8%). O setor de serviços foi o que apresentou a redução mais suave (de 2,7% para 2,2% e, por ser o setor de maior participação no PIB, evitou que este apresentasse uma desaceleração ainda maior.

Dentre os componentes da demanda agregada, exportações e despesas públicas apresentaram crescimento superior ao do acumulado no trimestre anterior. Por outro lado, consumo das famílias, formação bruta de capital fixo e importações registraram um crescimento inferior na comparação com o trimestre encerrado em janeiro. As importações são o item da demanda agregada que ostenta a maior alta acumulada enquanto a formação bruta de capital encontra-se na posição oposta.

A consequência do pífio crescimento dos investimentos encontra-se ilustrada no gráfico 2.4, o qual mostra um recuo de 0,1 p. p. em relação ao trimestre anterior para 18,7% do PIB, persistindo abaixo de sua média histórica.

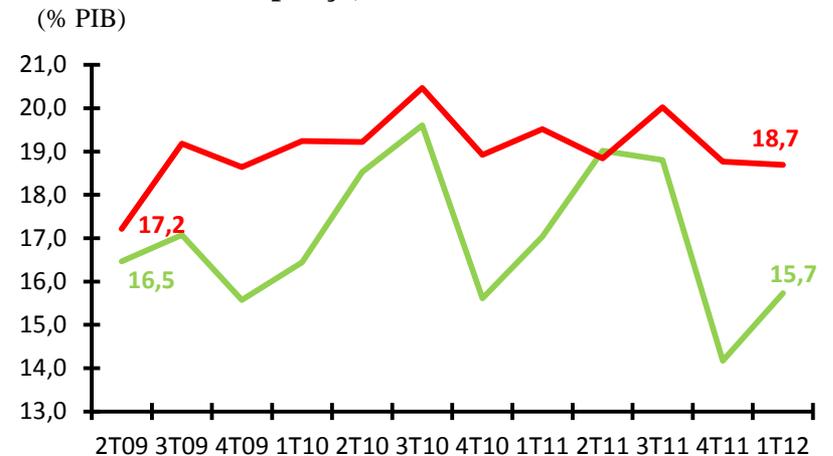
A boa notícia é que a poupança bruta interrompeu sua tendência de queda no presente trimestre, atingindo 15,7% do PIB. Este patamar no entanto, é insuficiente para financiar mesmo os baixos níveis de investimento vigentes no País, o que indica limites ao crescimento de nossa economia no médio prazo.

Tabela 2.4 - Produto Interno Produto

	Acumulado em 4 trimestres (%)				
	2011				2012
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	1ºTri
PIB	6,3	4,9	3,7	2,7	1,9
Agropecuária	5,4	2,4	2,7	3,9	0,8
Indústria	7,8	4,9	2,9	1,6	0,7
Serviços	4,9	4,4	3,6	2,7	2,2
Famílias	6,4	6,2	5,4	4,1	3,2
Governo	3,9	3,3	2,3	1,9	2,3
FBCF	16,3	11,5	7,0	4,7	2,1
Exportações	9,0	8,7	6,8	4,5	5,1
Importações	28,8	23,0	14,5	9,7	8,2

Fonte: IBGE

Gráfico 2.4 - Poupança, Investimento



Fonte: IBGE

Preços

A trajetória de desinflação, iniciada em outubro do ano anterior, manteve-se em maio de 2012. O IPCA acumulado em 12 meses, que alcançou 7,31% em setembro de 2011, registrou 4,99% em maio. Excetuando os produtos comercializáveis, que apresentaram aceleração de 3,36% para 3,49%, todos os demais grupos se desaceleraram em maio. Nos bens comercializáveis, destacam-se as elevações mensais nos alimentos e vestuário, que subiram, respectivamente, 0,73% e 0,89% em maio.

A redução observada no âmbito dos bens não comercializáveis esteve associada às desacelerações dos preços serviços, que é o grupo que mostra maior resistência. O acumulado em 12 meses se mantém acima do teto da meta de inflação desde março de 2010. A desaceleração em maio resultou da queda nos preços de despesas pessoais que alcançou 0,60% ante 2,23% em abril.

Os preços monitorados acumularam variação mensal de 0,32% em maio, ante 0,47% em abril. No acumulado em 12 meses a variação para o mesmo período alcançou, respectivamente, 3,49% e 3,73%. Contribuíram para essa desaceleração, passagens aéreas, etanol e gasolina. As maiores pressões resultaram dos aumentos nos reajustes das taxas de água e esgoto e energia elétrica.

Assim como observado na inflação plena, as medidas de núcleo do IPCA calculadas pelo Banco Central apresentaram o mesmo comportamento de desaceleração da inflação. No período de doze meses encerrado em maio, o núcleo por exclusão, médias aparadas e dupla ponderação, registraram, respectivamente 5,60%, 6,08% e 5,68%. Na variação mensal, todos os núcleos apresentaram desaceleração em maio ante ao mês anterior.

Tabela 2.5 - Preços ao consumidor

	Acumulado em 12 meses (%)				
	2012				
	jan	fev	mar	abr	maio
IPCA	6,22	5,85	5,24	5,10	4,99
Livres	6,42	5,98	5,49	5,63	5,55
Comercializáveis	3,97	3,77	3,41	3,36	3,49
Não comercializáveis	8,62	7,97	7,37	7,69	7,45
Serviços	9,20	8,10	7,75	8,00	7,59
Monitorados	5,71	5,48	4,58	3,73	3,49

Fonte: IBGE, BCB

Tabela 2.6 - IPCA -núcleos

	Acumulado em 12 meses (%)				
	2012				
	jan	fev	mar	abr	maio
Exclusão ^{1/}	6,50	6,12	5,61	5,79	5,60
Médias aparadas ^{2/}	6,59	6,60	6,38	6,28	6,08
Dupla ponderação ^{3/}	6,73	6,48	6,02	5,95	5,68

Fonte: IBGE, BCB

1/ Itens excluídos: 10 itens da alimentação no domicílio e combustíveis.

2/ Flutuações, de itens cujas variações concentram-se em poucos períodos do ano, são distribuídas ao longo de 12 meses. Após a suavização são excluídas as 20% maiores e 20% menores variações.

3/ Reponderação dos pesos originais utilizados na cesta do IPCA pelos respectivos graus de volatilidade relativa. Quanto maior a volatilidade, menor sua importância.

2. Economia Brasileira

A trajetória de desinflação, observada desde outubro do ano passado, ocorreu de maneira ainda mais intensa nos preços no atacado. O índice de Preços ao Produto Amplo (IPA-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que alcançou 7,2% em setembro de 2011, registrou 4,4% em maio de 2012. Por sua vez, o Índice de Preços ao Produtor/Indústria de Transformação (IPP/IT) calculado pelo IBGE, em doze meses, deslocou-se de 4,1% em setembro de 2011 para 2,47% em abril. Na variação mensal, o IPA-DI cresceu 1,25% em abril e 0,91% em maio. O IPP/IT cresceu 1,04% em março e 1,38% em abril.

Por um lado, o repique de inflação observado é circunstancial, pois está relacionado com aumentos de preço na atividade fumo e quebras de safras de feijão e soja. Por outro, está diretamente relacionado com movimentos nos preços de commodities.

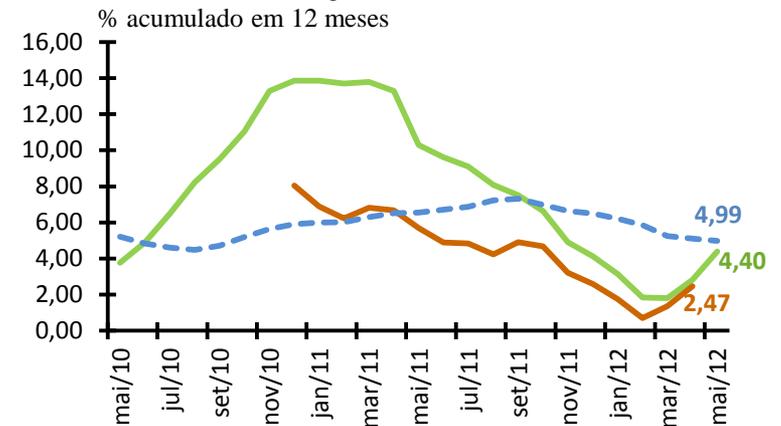
O Índice Commodities – Brasil (IC-Br), divulgado pelo Banco Central e que calcula a variação em real dos preços de produtos primários brasileiros negociados no exterior, apresentou alta de 1,47% em maio em relação ao mês anterior. Esse aumento foi puxado pelo segmento de metais, com 2,13%; o segmento agropecuário registrou aumento de 1,38%, seguido por energia, com 1%.

Apesar da elevação, o IC-Br foi menos pressionado em maio do que o índice Commodity Research Bureau (CRB), que é considerado uma referência mundial para o mercado de matérias-primas. O CRB subiu 4,88% no mês passado. No acumulado do ano, ele apresenta alta de 8,21% e em 12 meses, de 5,98%.

Luiz Rogério de Camargos

2.2 Inflação e Política Monetária

Gráfico 2.5 - Preços no atacado



Fonte: FGV, IBGE — IPA-DI — IPP/IT — IPCA

Tabela 2.7 - Índice de commodities

	Acumulado em 12 meses (%)				
	2012				
	jan	fev	mar	abr	maio
IC-Br	-4,47	-12,68	-9,34	-5,21	2,09
Agropecuária	-4,96	-14,89	-11,50	-5,96	2,03
Metal	-11,01	-15,06	-10,20	-8,87	-2,39
Energia	6,24	3,93	3,53	2,48	6,61
CRB	-2,85	-8,19	-4,01	-0,06	5,98

Fontes: BCB e Commodity Research Bureau.

Condicionantes da política monetária

O Banco Central vem reduzindo a taxa básica de juros desde agosto de 2011. Em sua última reunião, março de 2012, ampliou o corte da SELIC, que vinha sendo de 0,50 ponto percentual por reunião, para 0,75p.p, reduzindo a SELIC para 8,5% a.a. As principais justificativas para o corte de juros são o impacto desinflacionário do cenário externo e cumprimento da meta fiscal.

O saldo médio dos meios de pagamento (M1) cresceu 3,6% em doze meses encerrados em maio. Essa expansão resultou de aumentos de 10,9% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de -1,9% nos depósitos à vista.

A base monetária expandiu 7,0% em 12 meses, em razão do crescimento de 10,8% do papel moeda emitido e da redução de 4,3% das reservas bancárias.

Em maio de 2012, as taxas Swap DI x Pré de 30 e 360 dias caíram, respectivamente, para 8,5 % a.a. e 8,0% a.a., indicando que a condução da política monetária conseguiu deslocar significativamente a curva de juros futuros para baixo.

Luiz Rogério de Camargos

Tabela 2.8 - Base monetária e meios de pagamento

	Variação (%) em 12 meses				
	2011		2012		
	maio	ago	nov	fev	maio
Base monetária^{1/}	11,1	6,6	5,3	5,8	7,0
Papel moeda emitido	11,6	9,5	8,8	10,2	10,8
Reservas bancárias	9,6	-2,0	-5,1	-7,3	-4,3
Meios de pagamento^{1/}	7,9	4,2	0,8	1,6	3,6
Papel moeda em poder do público	11,1	8,8	7,9	9,3	10,9
Depósitos à vista	5,6	0,8	-4,5	-4,3	-1,9

Fonte: Banco Central

1/Média nos dias úteis do mês

Tabela 2.9 - Taxas de juros

	(% a.a)				
	2011		2012		
	maio	ago	nov	fev	maio
Taxas de juros					
SELIC	10,7	10,4	9,8	9,3	8,9
Swap DI x Pré 30 dias	10,5	10,1	9,5	8,9	8,5
Swap DI x Pré 360 dias	9,9	9,3	8,9	8,6	8,0

Fontes: Banco Central e BM&F

Crédito

Acumulam-se as evidências de que a recuperação do crédito será lenta apesar dos esforços e voluntarismo do governo federal. Mais do que disponibilidade de crédito, a demanda começa fazer suas contas: apesar da redução, os juros continuam altos, crescem o grau de endividamento das famílias e a taxa de inadimplência.

O crescimento real do crédito total no Sistema Financeiro Nacional no trimestre encerrado em abril foi 1,4% ante 11,8% nos últimos 12 meses. Em termos do PIB, o crédito total correspondeu a 49,6% do PIB em abril.

O crédito direcionado, impulsionado pelo setor de habitação, teve melhor desempenho, crescendo 2,1% no trimestre ante 15,4% nos últimos doze meses. Nas mesmas bases de comparação o saldo das operações de crédito livre, que correspondeu a 64,1% do total do sistema financeiro em abril, cresceu 1,0% no trimestre ante 9,9% em doze meses.

Na evolução do crédito por atividade, o destaque fica por conta do crédito habitacional, que cresceu 41% entre abril de 2011 e abril de 2012. Esse patamar vem sendo observado desde abril de 2008.

Tabela 2.10 - Evolução do Crédito

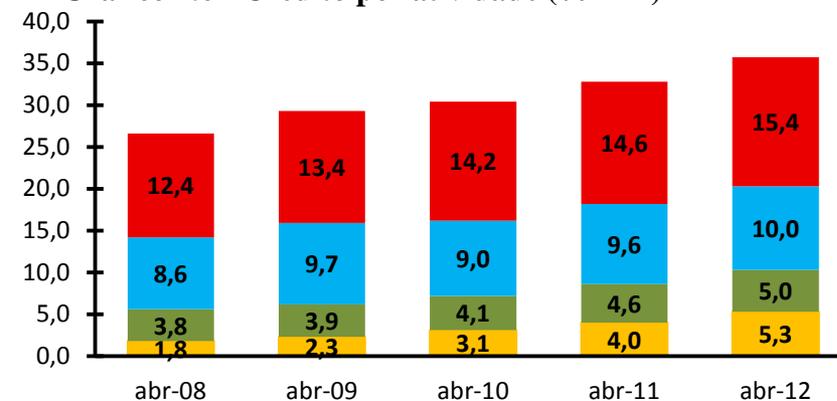
	R\$ bilhões				Variação real (%)	
	2012				3 meses ^{1/}	12 meses ^{2/}
	jan	fev	mar	abr		
Crédito Total	2.028,5	2.036,4	2.074,9	2.100,3	1,4	11,8
Direcionados	726,2	734,4	744,6	753,0	2,1	15,4
BNDES	415,4	416,0	421,1	424,2	0,1	9,5
Rural	103,1	106,2	104,7	105,7	2,6	10,2
Habitação	191,3	195,8	202,2	206,5	6,5	35,5
Outros	16,4	16,4	16,6	16,6	2,0	12,1
Livres	1.302,3	1.301,9	1.330,3	1.347,3	1,0	9,9
Pessoal física	658,5	661,6	667,7	673,3	1,1	10,3
Pessoal jurídica	643,8	640,3	662,6	674,0	0,9	9,4

Fonte: Banco Central

1/ Taxa de crescimento real em relação a nov11-jan12 (deflator, IPCA)

2/ Taxa de crescimento real em relação a maio10-abr11 (deflator, IPCA)

Gráfico 2.6 - Crédito por atividade (% PIB)



Fonte: BCB ■ Habitação ■ Comércio ■ Indústria ■ PF

Crédito

O volume de crédito dos recursos livres a pessoa física está concentrada nas modalidades que tradicionalmente operam com as maiores taxas de juros do mercado. Somente as modalidades cheque especial e cartão de crédito, correspondem a mais de 60% do total de recursos livres a pessoa física.

Nos últimos 12 meses, destaca-se a retração do crédito para aquisição de veículos, que passou de 11,1% do total em abril de 2011 para 8,6% em abril de 2012. Em grande medida isso se deve ao crescimento da inadimplência nesse setor que vem ocorrendo desde 2011.

A taxa média de juros do crédito referencial situou-se em 42,1 % a.a. em abril, variando -3,0 p.p. no trimestre e -4,7 p.p. em doze meses. Isso mostra consistência com a condução da política monetária, mas as taxas ainda continuam em patamares elevados.

O endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses alcançou 43,3% em abril e representa um avanço de 2,95 p.p. em 12 meses. Em relação à taxa de inadimplência, o percentual da carteira com atraso acima de 90 dias registrou 7,64% em abril, representando 1,52 p.p. em 12 meses.

O endividamento das famílias tem sido contínuo e reflete a expansão do emprego, renda e crédito ao longo dos últimos anos. Por si só esta trajetória não é exatamente preocupante, dado que a renda tem crescido. Entretanto, o comprometimento da renda pode se apresentar com um fator limitante ao desempenho do consumo (como no caso de veículos).

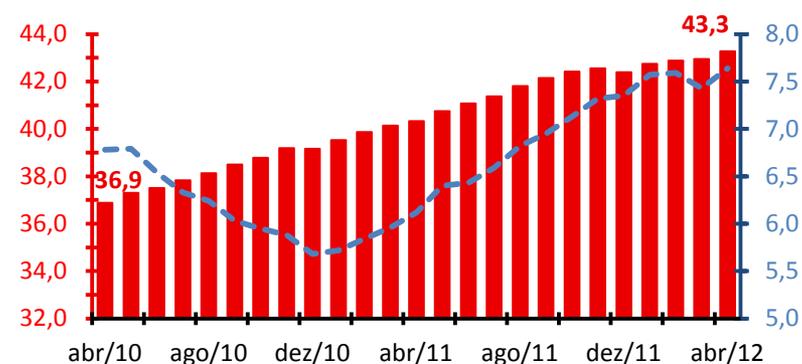
Tabela 2.11 - Recursos Livres (pessoa física)

	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
Cheque especial ^{1/}	34,2	33,8	34,9	33,5	34,2
Crédito pessoal ^{1/}	19,8	20,6	18,1	18,7	20,4
Financiamento imobiliário ^{1/}	0,9	1,0	1,4	1,3	1,4
Aquisição veículos ^{1/}	11,1	11,5	10,8	9,9	8,6
Aquisição outros bens ^{1/}	1,5	1,8	1,6	2,5	2,6
Cartão de crédito ^{1/}	28,6	27,4	28,8	30,1	29,0
Outras operações ^{1/}	4,0	3,9	4,4	4,0	3,8
Taxa de juros média (% a.a)	46,8	45,7	47,1	45,1	42,1
Prazo médio (dias corridos)	567	578	590	599	606

Fonte: Banco Central

1/ Percentual (%) sobre concessões acumuladas no mês.

Gráfico 2.7 - Endividamento das famílias (%)



Fonte: BCB

Endividamento Inadimplência

2. Economia Brasileira

Segundo o Banco Central, as contas não financeiras do Governo Central (que exclui as empresas estatais) registraram superávit de R\$ 1,6 bilhão em maio. Esse superávit aumentou o acumulado no ano para R\$ 62,9 bilhões, ou 3,5% do PIB. O superávit acumulado no ano, porém, é menor do que o do mesmo período do ano anterior, mas aponta para um esforço contínuo do Governo Central em recuperar os patamares de resultados fiscais do ano anterior, visto que o superávit acumulado nos cinco primeiros meses deste ano já é metade daquele acumulado nos últimos doze meses (R\$ 126,8 bilhões).

O aumento do resultado fiscal no mês de maio, contudo é menor do que aqueles dos meses de janeiro e abril, que mais contribuíram para o acumulado no ano de 2012.

Considerados os dados disponibilizados pelo próprio Banco Central e também pelo Tesouro Nacional, apresentados à tabela 2.12, ao lado, percebe-se que por serem as contas do Tesouro Nacional aquelas que respondem pela maioria expressiva das contas do Governo Central, o resultado fiscal deste Governo Central acabou sendo garantido, desde janeiro até abril deste ano pelo volume das contas do Tesouro Nacional, principalmente de suas receitas, visto que o desempenho mensal de receitas e despesas do mesmo é oscilante.

As contas da Previdência apresentaram comportamento contrário àquele do Tesouro Nacional. Seu volume de despesas, muito superior ao de receitas, impediu que o crescimento maior das receitas tirassem a Previdência da situação deficitária com que afeta as contas do Governo Central.

O desempenho das despesas do Tesouro Nacional revela austeridade no tocante a pessoal e encargos e resistência das despesas com Custeio e Capital.

2.4 Finanças Públicas

Tabela 2.12 - Receitas e despesas primárias do Governo Central

	Acumulado ^{1/}	Variação ^{2/} real (%)	% PIB ^{1/}	
	jan-abr de 2012 (R\$ bilhões)		2011 jan-abr	2012 jan-abr
Receita total	360,1	6,3	24,8	25,9
Tesouro Nacional	276,8	5,5	19,2	19,9
Previdência	82,4	9,2	5,5	5,9
Banco Central	0,9	11,1	0,1	0,1
Despesa total	315,1	6,7	21,6	22,7
Tesouro Nacional	216,4	6,8	14,8	15,6
Previdência	97,6	6,7	6,7	7,0
Banco Central	1,0	-3,6	0,1	0,1
Despesa do TN	216,4	6,8	14,8	15,6
Transf. a E&M	62,7	5,4	4,4	4,5
Pessoal e encargos	60,4	-3,7	4,6	4,4
Investimento	21,1	20,4	1,3	1,5
Custeio e capital	71,6	15,0	4,6	5,2
Transf. ao Bacen	0,7	2,3	0,1	0,1

Fonte: STN, BCB

1/ Valores nominais

2/ Taxa de crescimento real em relação a jan-abr de 2011 (deflator, IPCA)

2. Economia Brasileira

Os investimentos, por sua vez, estão sendo priorizados. As transferências a estados e municípios, finalmente, apresentaram elevação não expressiva.

Considerados os volumes dessas despesas e o papel representado pelo Tesouro Nacional nos resultados das contas do Governo Central, a gestão fiscal apontam para uma opção de impacto econômico contraditório. O avanço expansionista das despesas de investimentos (apesar de responderem apenas por 10% do total das despesas do Tesouro Nacional), alimentado pelos aumentos das despesas de Custeio e Capital e de transferências a estados e municípios, que são as duas maiores parcelas das despesas do Tesouro Nacional, são arrefecidos pelo aumento da arrecadação que assegura o superávit primário.

A gestão financeira também tem se mostrado contraditória, à medida que os resultados primários não fizeram frente ao avanço das despesas com juros. Em ambos o mesmo Governo Central responde simultaneamente pelos melhores avanços no saldo primário e pelo aumento das despesas com juros, conforme pode ser visto na tabela 2.13. Tal avanço se refletiu na mudança do comportamento da dívida pública, cuja trajetória de queda foi bruscamente prejudicada no primeiro quadrimestre desse ano, apesar da trajetória de queda da taxa Selic, da menor variação dos índices de preço neste período e da queda do câmbio contratado (tanto comercial quanto financeiro) nos meses de março a maio. Esse último fator, através da dívida mobiliária indexada ao câmbio e da dívida externa, foi o principal responsável pela diminuição da dívida líquida total do Governo Central, mas o avanço da dívida mobiliária interna mais do que absorveu os efeitos positivos desse fenômeno.

Wagner Nóbrega

2.4 Finanças Públicas

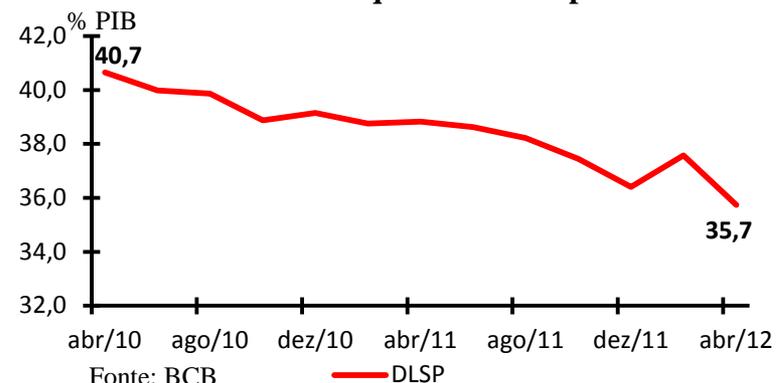
Tabela 2.13 - Necessidade de financiamento do setor público

	2006		2011		% PIB
	Jan-Abr	no ano	Jan-Abr	no ano	Jan-Abr
Nominal	3,44	3,34	2,35	2,55	2,36
Governo Central	3,68	3,37	1,35	1,25	1,95
Governos regionais	-0,25	-0,07	-0,43	1,30	0,39
Empresas estatais ^{1/}	0,02	0,03	1,02	0,01	0,02
Juros nominais	5,46	5,37	5,23	5,32	5,90
Governo Central	4,83	4,70	3,40	3,39	4,51
Governos regionais	0,56	0,59	1,76	1,86	1,32
Empresas estatais ^{1/}	0,08	0,07	0,07	0,07	0,08
Primário	-2,02	-2,03	-2,88	-2,77	-3,54
Governo Central	-1,16	-1,33	-2,05	-2,14	-2,56
Governos regionais	-0,81	-0,66	-0,74	-0,56	-0,92
Empresas estatais ^{1/}	-0,06	-0,04	-0,09	-0,06	-0,06

Fonte: STN, BCB

1/ Exclui as empresas do Grupo Petróbras.

Gráfico 2.8 - Dívida líquida do setor público



Fonte: BCB

— DLSP

2. Economia Brasileira

O saldo da balança comercial somou US\$3.3191 bilhões no primeiro trimestre deste ano, recuando 33,70% em relação ao mesmo período de 2011. As exportações aumentaram 4,5% e as importações, 7,4%, atingindo US\$74,646,0 bilhões e US\$71.326,9 bilhões, respectivamente, no período. As exportações médias diárias cresceram 7% nos dois primeiros meses do ano, em relação ao intervalo correspondente de 2011. Já a média diária das importações cresceu 11,2% nos quatro primeiros meses de 2012, em relação a igual período do ano anterior, reflexo de expansões em todas as categorias de uso final (FUNCEX). Os parceiros econômicos que mais se destacaram foram EUA (19,6%); América Latina e Caribe (13,1%); a União Europeia (10,2%); a Ásia (10,1%) e a África (6,9%). A Ásia se manteve como o principal destino das exportações brasileiras (25,1%). Com relação ao quantum das exportações, dados da Funcex mostram uma trajetória de crescimento suave 5,5% no período janeiro/abril 2012, porém os preços vêm registrando queda significativa (ver Tabela 1.6). Quanto às importações, a variação no período janeiro/abril em relação ao mesmo período de 2011 foi de 7,4% , com desempenho modesto no mês de abril/12 em comparação ao mês de abril/11 (17%). A distribuição das importações segundo categorias de uso mostra que no primeiro quadrimestre do ano foi mais forte nas compras de combustíveis e lubrificantes (18%) e bens de consumo não-duráveis (16,5%). Outro ponto a ser salientado é o déficit em Transações Correntes, que após totalizar um déficit de US\$52,6 bilhões em 2011, e US\$47,3 bilhões em 2010, atingiu US\$17,4 bilhões nos quatro primeiros meses de 2012, comparativamente a US\$18,3 bilhões no mesmo período de 2011. O déficit acumulado em doze meses totalizou US\$ 51,593 bilhões, em abril, equivalente a 2,17%

2.5 Setor Externo

Tabela 2.14 - Usos e Fontes

	US\$ milhões			
	2011		2012	
	Abr	Jan-abr	Abr	Jan-abr
USOS	-10.635,8	-30.014,9	-10.004,3	-28.762,6
Transações correntes	-5.572,4	-18.376,3	-7.055,5	-17.489,8
Balança comercial (FOB)	397,4	5.006,4	-1.295,5	3.319,1
Exportação de bens	15.214,4	71.405,8	16.141,2	74.646,0
Importação de bens	-14.817,0	-66.399,4	-17.436,8	-71.326,9
Serviços e Rendas	-6.157,5	-24.499,4	-5.955,6	-21.665,6
Juros	-1.869,0	-3.280,9	-1.623,4	-3.286,7
Lucros e dividendos	-1.878,8	-10.515,1	-981,5	-5.894,0
Viagens internacionais	-1.193,4	-4.434,2	-1.335,2	-4.712,2
Demais	-1.216,3	-6.269,3	-2.015,6	-7.772,6
Transferências unilaterais correntes	187,7	1.116,7	195,6	856,7
Amortizações de médio e longo prazo	-5.063,4	-11.638,6	-2.948,8	-11.272,8
FONTES	10.635,8	30.014,9	10.004,3	28.762,6
Conta Capital	14,3	416,8	109,9	538,4
Investimento estrangeiro direto	2.953,2	23.054,5	5.405,5	19.607,5
Inv. papéis domésticos de LP e ações	206,0	1.509,6	4.849,5	6.598,7
Desembolsos de médio e longo prazo	5.620,1	26.615,4	4.773,2	15.168,0
Ativos brasileiros no exterior	6.306,0	975,0	387,3	7.238,2
Curto prazo e demais	6.462,7	11.754,3	-1.979,9	3.534,9
Ativos de reservas	-8.496,7	-34.459,5	-363,3	-20.074,4

Fonte: BCB

2. Economia Brasileira

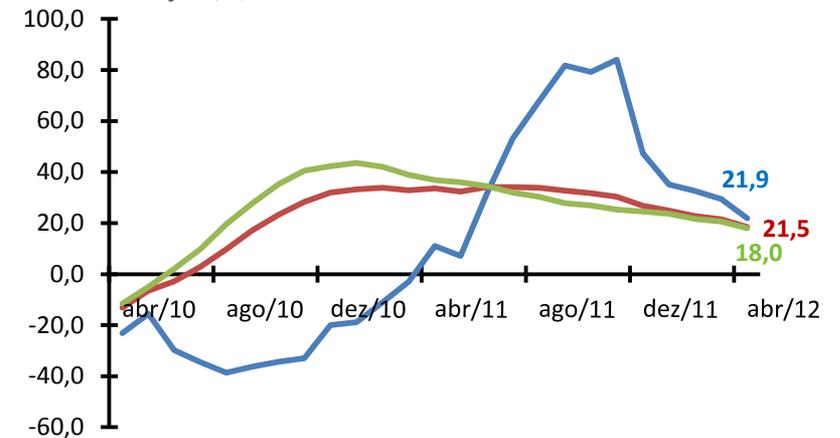
do PIB (ver Gráfico 2.10). A conta Serviços e Rendas totalizaram US\$21,6 bilhões, reduzindo-se 11,6% em relação ao primeiro quadrimestre de 2011. As remessas de Lucros e Dividendos de empresas no Brasil para o exterior caíram 43,9% no primeiro quadrimestre deste ano, na comparação com igual período do ano anterior. Essas remessas ficaram em US\$5.894 bilhões, de janeiro a abril deste ano, ante US\$10.515 bilhões em igual período do ano passado. Essa redução pode ser facilmente explicada pelo dólar mais alto no país e pela atividade econômica em ritmo mais lento. A conta Viagens Internacionais somou US\$1.335,2 bilhões em abril. Esse valor é maior que o registrado em igual mês em 2011, quando a conta do turismo ficou negativa em US\$1.193 bilhões. De janeiro a abril de 2012, o déficit em viagens internacionais atingiu US\$4,712 bilhões. As despesas líquidas de juros somaram US\$3.286 bilhões no primeiro quadrimestre de 2012, praticamente o mesmo valor em igual período em 2011. Os fluxos de capitais estrangeiros continuam financiando com sobras o déficit em transações correntes do país, destacadamente os investimentos estrangeiros diretos, que no acumulado do ano, de janeiro a abril, somaram US\$19.607 bilhões, o equivalente a 2,77% do PIB (ver Gráfico 2.10). A composição do IED foi de US\$4 bilhões referentes à modalidade participação no capital e US\$624 milhões em desembolsos líquidos de empréstimos intercompanhias. Os investimentos estrangeiros em papéis domésticos de longo prazo e ações cresceu 2.253% entre abril de 2011/12. Os dados mostram que, apesar da turbulência internacional, os estrangeiros aumentaram sua posição em ativos de renda variável brasileiro.

Fernanda Esperidião.

2.5 Setor Externo

Gráfico 2.9 - Balança Comercial

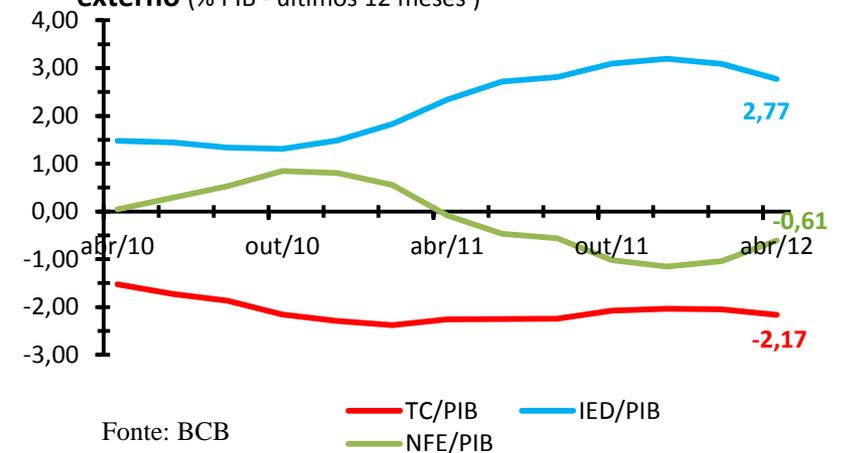
Variação (%) do acumulado em 12 meses



Fonte: BCB

Gráfico 2.10 - Necessidade de financiamento externo

(% PIB - últimos 12 meses)



Fonte: BCB

3. Economia Sergipana

O desempenho das vendas no comércio no trimestre encerrado em abril foi superior ao apresentado no trimestre anterior, tanto no caso do comércio varejista como no caso do comércio ampliado. Isso ocorreu não apenas em nível nacional, mas também em nível estadual, como mostra a tabela 3.1.

No caso sergipano o presente resultado marca a recuperação da atividade após dois trimestres de queda, tanto no caso do comércio varejista, cujo volume de vendas cresceu 7,4% no trimestre encerrado em abril, como no caso do comércio ampliado, cujo volume de vendas expandiu-se em 4,4% no período. Em ambos os casos, porém, o desempenho estadual ficou aquém do desempenho nacional.

No primeiro quadrimestre de 2012 foram comercializados 15.537 veículos no estado, valor 7,4% inferior ao volume de vendas do primeiro quadrimestre do ano anterior, conforme dados do Boletim Sergipe Econômico. Tal fator contribuiu para que o crescimento do comércio ampliado tenha sido menos intenso do que o do comércio varejista.

Com relação à produção industrial, o volume acumulado nos doze meses encerrados em abril indica a persistência de tendências divergentes dentro da indústria extrativa: enquanto o segmento de petróleo mantém-se em crescimento desde abril de 2011, o segmento de gás trilha o caminho inverso com uma forte queda.

O volume acumulado de produção de cimento até janeiro último, por sua vez, tornou a cair após recuperar-se no terceiro trimestre do ano passado. Trata-se de um único segmento, mas pode ser indicativo de que a indústria de transformação no estado passa por dificuldades ainda maiores do que aquelas enfrentadas em nível nacional.

José Ricardo de Santana
Marco Antonio Jorge

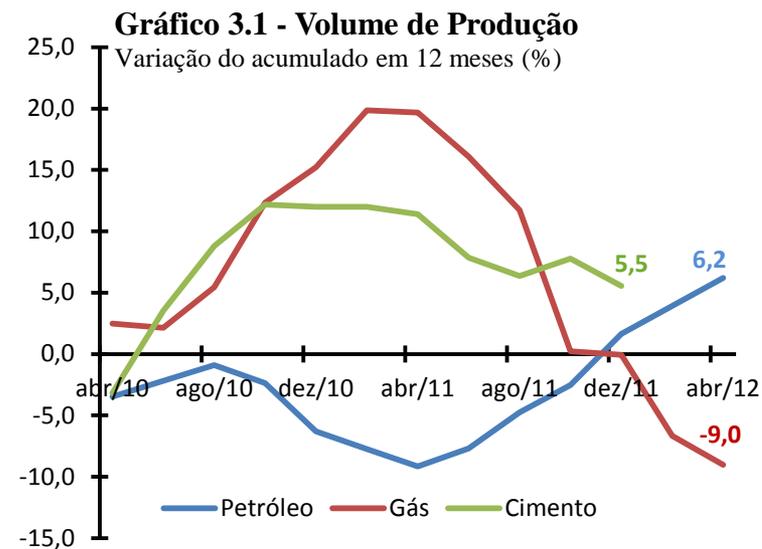
3.1 Atividade Econômica

Tabela 3.1 - Volume de vendas no comércio

	Variação ^{1/} (%)				
	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
Comércio varejista					
Brasil	7,5	6,8	5,2	7,0	9,7
Sergipe	1,0	1,4	-0,9	-0,9	7,4
Comércio ampliado					
Brasil	7,2	9,8	3,9	5,1	5,5
Sergipe	-0,5	1,2	-0,6	-1,1	4,4

Fonte: IBGE

1/Variação do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior.



Fontes: ANP, SNIC

3. Economia Sergipana

Foram abertas no estado 9.223 vagas em maio ao passo em que ocorreram 9.732 demissões no mês, gerando um saldo líquido negativo de 509 empregos, o que vem a agravar a situação de enxugamento do trimestre encerrado em abril, quando foram fechados 992 postos de trabalho (ver tabela). Ainda assim, graças ao excelente desempenho de janeiro, o acumulado do ano é positivo em 1.331 vagas no estado.

As vagas criadas nos primeiros cinco meses deste ano representam uma expansão de 0,48% sobre o estoque de trabalhadores com carteira no estado, calculado pelo MTE em 275.331 ao final de 2011. Cabe lembrar, no entanto, que Sergipe foi um dos únicos sete estados que registraram queda do emprego formal no mês de maio.

O custo da cesta básica em Aracaju apresenta alta acumulada de 2,4% nos doze meses encerrados em abril/2012, abaixo da inflação medida pelo IPCA para Brasil e Região Nordeste no mesmo período. Em função da alta moderada, Aracaju continua tendo a cesta mais barata – R\$ 199,26 – dentre as dezessete capitais abrangidas pela pesquisa do DIEESE no mês de maio (cerca de R\$ 10 mais cara do que em fevereiro, cf. o último Boletim). Se o preço da cesta básica se comportou bem, o mesmo não se pode dizer dos custos da construção civil: o m² ficou, em média, 7,2% mais caro em Sergipe nos doze meses encerrados em abril, acima da inflação medida pelo IPCA para Brasil e Região Nordeste no mesmo período.

Em 2012 a tarifa residencial de energia elétrica paga pelos moradores de 63 municípios sergipanos (âmbito de atuação da ENERGISA) subiu 5,2%, acompanhando a inflação medida pelo IPCA. O que significa que, em termos reais, o consumidor sergipano desembolsará com a tarifa em 2012 o mesmo que gastou em 2011.

José Ricardo de Santana
Marco Antonio Jorge

3.1 Atividade Econômica

Tabela 3.2 - Evolução do emprego formal

	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
Saldo ^{1/} (unidades)	-574	4.007	9.409	1.697	-992
Varição ^{2/} (%)	-129,6	-22,4	-4,9	-37,3	-72,8

Fonte: MTE

1/ Acumulado no trimestre encerrado no mês assinalado.

2/Variação do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior

Tabela 3.3 - Preços selecionados

	Acumulados em 12 meses (%)				
	2011		2012		
	abr	jul	out	jan	abr
IPCA - Brasil	6,5	6,9	7,0	6,2	5,1
IPCA - Nordeste	6,0	6,3	6,6	5,9	5,3
Cesta básica (Aracaju)	5,8	4,1	4,7	3,8	2,4
Construção civil ^{1/} (SE)	7,5	7,0	6,9	6,8	7,2

	Variação no período (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Tarifa residencial ^{2/} (SE)	-11,0	9,4	1,0	10,8	5,2

Fontes: IBGE, DIEESE, ANEEL

1/custo médio m² em moeda corrente

2/Valor vigente (kWh) entre 22/04/2012 e 21/04/2013 (Energisa)

3. Economia Sergipana

O saldo das operações de crédito somou R\$32,12 bilhões em março, registrando expansão real de 18,9% no trimestre encerrado em março em relação ao trimestre encerrado no mês do ano anterior.

Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas totalizaram R\$18,2 bilhões, aumentando 22,2% na base de comparação mencionada.. A carteira do segmento de pessoas jurídicas somou R\$13,86 bilhões, elevando-se 14,9%.

A expansão das operações de crédito em Sergipe, como no Nordeste de forma geral, tem sido acima da média nacional, Além disso, essa expansão vem sendo influenciada pelo crescimento das operações realizadas por pessoas físicas, que cresce a taxas bem mais expressivas do que as operações com pessoas físicas.

Por outro lado, essa diferença nas taxas de expansão vem sendo também acompanhada por aumentos mais expressivos na inadimplência das pessoas físicas.

A inadimplência relativa às operações de crédito no estado atingiu 3,73% em março, ante 3,19% em dezembro. A elevação trimestral refletiu as variações respectivas de 1,53 p.p. e 1,05 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 4,86% e 2,22%.

Luiz Rogério de Camargos

3.2 Crédito

Tabela 3.4 - Operações de crédito do SFN

	2011				2012
	mar	jun	set	dez	mar
Saldo^{1/} (R\$ milhões)					
Pessoa física	14.131	15.029	15.913	16.755	18.259
Pessoa Jurídica	11.406	11.746	12.158	12.947	13.863
Total	25.537	26.774	28.072	29.701	32.122
Variação real^{2/} (%)					
Pessoa física	42,0	41,3	36,9	32,8	22,2
Pessoa Jurídica	38,3	28,9	19,0	14,9	14,9
Total	40,3	35,6	28,5	24,4	18,9

Fonte: Banco Central

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/Variação real do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior (deflator, IPCA).

Tabela 3.5 - Taxa de inadimplência do crédito do SFN

	2011				2012
	mar	jun	set	dez	mar
%					
Pessoa física	3,33	3,52	3,72	4,50	4,86
Pessoa Jurídica	2,00	2,32	2,52	1,80	2,22
Total	2,68	2,95	3,16	3,19	3,73
Variação^{1/} em p.p (%)					
Pessoa física	-1,04	-0,50	0,07	1,06	1,53
Pessoa Jurídica	-1,33	-0,33	0,05	-0,49	0,22
Total	-1,23	-0,44	0,05	0,29	1,05

Fonte: Banco Central

1/Variação do mês em relação ao mesmo mês do ano passado.

3. Economia Sergipana

As principais fontes de receita, quais sejam Transferências da União e ICMS, apresentaram declínio real no comparativo dos trimestres encerrados em janeiro e abril. Com isso, a gestão fiscal continua apresentando dificuldades para retirar as finanças públicas sergipanas do quadro deficitário acumulado desde 2009, mas não é de se ignorar que o desempenho do último trimestre foi melhor do que o do mesmo período do ano anterior, como se verá a seguir.

Embora quase estagnadas em relação ao trimestre encerrado em janeiro, com relação ao mesmo período de 2010/2011, aquelas fontes de receita apresentaram boa recuperação no comparativo com o início de 2011. O último trimestre apresentou aumentos tanto da arrecadação do ICMS, quanto das transferências da União, sendo melhor o desempenho das primeiras fontes. Quando comparados ao mesmo trimestre encerrado em abril de 2011 – quando o desempenho das mesmas fontes também havia sido favorável – o desempenho das receitas contribuem para a melhora da situação fiscal mais recente. O maior crescimento do ICMS do que das transferências, no trimestre encerrado em abril, contudo, não pode ser considerado uma primeira manifestação anti-cíclica do papel do ICMS, visto que os sucessivos declínios nos comportamentos de ambos comportavam, de um lado, a diminuição real do ICMS e, de outro, aumentos reais menores das transferências.

O maior responsável pelo encilhamento fiscal continua sendo o Governo Estadual. Responsável, quase que sozinho, pela necessidade de financiamento do estado no período de setembro a dezembro de 2010 e que dividiu com os município, exceto Aracaju, tal responsabilidade no mesmo período do ano de 2011.

3.3 Finanças Públicas

Tabela 3.6 - Arrecadação ICMS e Transferências da União

	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
ICMS					
Valor ^{1/} (R\$ milhões)	454,0	466,9	485,1	596,6	573,5
Varição real ^{2/} (%)	8,44	-8,55	-1,93	-0,79	19,79
Transferência União					
Valor ^{1/} (R\$ milhões)	847,4	893,6	758,9	991,4	952,2
Varição real ^{2/} (%)	13,85	20,62	8,21	0,89	6,58

Fonte: BCB

1/ Acumulado no trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Varição real do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior (deflator, IPCA)

Tabela 3.7 - Necessidades de financiamento

	R\$ milhões					
	Resultado primário ^{1/}		Juros nominais ^{1/}		Outros ^{1/}	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
	set/dez	set/dez	set/dez	set/dez	set/dez	set/dez
Estado de Sergipe	326,0	36,1	184,5	179,5	-6,8	222,6
Governo Estadual	328,1	23,8	182,5	175,9	69,9	222,6
Aracaju	-3,0	-7,8	2,9	3,3	-76,7	0,0
Demais municípios	1,0	20,1	-1,0	0,4	0,0	0,0

Fonte: STN

1/ Fluxo acumulado no ano

3. Economia Sergipana

Neste período, o município de Aracaju melhorou os saldos das contas fiscais no estado, mas foi uma rara exceção. Insuficiente, inclusive, para compensar o avanço das necessidades de financiamento advindas do conjunto dos demais municípios.

Tal quadro reforça aquele que se desenhou no período de janeiro a abril de 2011 para os municípios diferentes de Aracaju (apresentado no Boletim anterior), mas revela uma melhora no déficit primário do governo estadual e piora do superávit primário de Aracaju.

A gestão financeira das contas públicas no estado de Sergipe, por sua vez, revelou déficit nominal no ano de 2011. Maiores responsáveis por isso, as despesas com juros diminuíram. Tão pouco porém que, frente à melhora do déficit primário em 2011 com relação a 2010, assumiram juntamente com “outras componentes” a principal responsabilidade pela necessidade de financiamento do Setor Público no estado de Sergipe. Infelizmente, os dados que explicam a assunção à predominância da componente “outros” na necessidade de financiamento, ainda não estavam analisados quando da elaboração deste Boletim.

Resulta do duplo déficit (primário e nominal) o aumento da dívida líquida do Setor Público no estado de Sergipe.

Pelos motivos acima tratados, tal aumento se deve, praticamente, à gestão financeira das contas do governo estadual.

Wagner Nóbrega

3.3 Finanças Públicas

Tabela 3.8 - Dívida líquida

	R\$ milhões				
	2010		2011		
	mai/ago	set/dez	jan/abr	mai/ago	set/dez
Estado de Sergipe	1.190,2	1.521,6	1.758,0	1.773,9	1.959,7
Governo Estadual	1.246,6	1.543,3	1.789,2	1.807,5	1.965,5
Aracaju	-24,0	11,0	-19,0	-21,4	6,4
Demais municípios	-32,3	-32,7	-12,2	-12,2	-12,2

Fonte: STN

3. Economia Sergipana

No segundo trimestre de 2012 Sergipe obteve um resultado expressivo das suas exportações quando comparado ao mesmo período em 2011, em termos percentuais um aumento de 73,3%. o destaque vem para os produtos: suco de laranja e congelado, calçados, reatores para lâmpadas, açúcares de cana e secantes preparados. O suco de laranja continua sendo o produto mais comercializado, com valor exportado de US\$27,569 milhões (SEDETEC), quando comprado com o mesmo período de 2011, as exportações apresentam um crescimento de 204%, isso se deve tanto a cotação do produto no mercado internacional e ao aumento do quantum. O valor do produto/tonelada passou de US\$1.958,97 para US\$2.173,99, nesse primeiro quadrimestre de 2012 em relação à 2011. E a quantidade passou de 4.629 para 12.681 toneladas no mesmo período.

Já às importações apresentaram um recuo de 30% quando comparamos o segundo trimestre de 2012 em relação à 2011. Os produtos importados que estão na pauta sergipana são: diidrogeno-ortofosfato de amônio (14,7%), trigo (13,8%), coque de petróleo (9,6%), sulfato de amônio (8,1%) e fios de fibras artificiais (4,1%)-(SEDETEC). Os parceiros comerciais são Estados Unidos, Argentina, China Marrocos e Alemanha. Vale observar que a queda das importações está relacionada a desaceleração do setor industrial no Brasil.

Outro ponto a ser destacado são os países de destino dos produtos sergipanos: Holanda, Turquia, Bélgica, Peru, Bolívia, Colômbia, Rússia, Marrocos e Canadá. Com relação às empresas exportadoras, os destaques são: Tropfruit (44,6%), Maratá (29,8%), Usina São José Pinheiro (14,1%), Azaléia (6,5%) e Frutaki (4,2%).

Fernanda Esperidião

3.4 Balança Comercial

Tabela 3.9 - Exportação e Importação

	2011			2012	
	abr	jul	out	jan	abr
Valor^{1/}(US\$mil)					
Exportação	28.605	18.683	41.562	35.522	49.568
Importação	91.790	87.336	53.619	68.142	64.194
Saldo	-63.186	-68.654	-12.056	-32.620	-14.625
Varição^{2/} (%)					
Exportação	76,0	34,3	65,5	47,2	73,3
Importação	95,0	80,5	21,5	55,7	-30,1

Fonte: BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/Varição do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior

Wagner Nóbrega¹, Regina Ávila Santos² e José Henrique Santos Rodrigues²

O trabalho a seguir apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada “Impacto da variação dos preços relativos sobre a pobreza no estado de Sergipe”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão em Economia Social, Desenvolvimento e Instituições (GPEDI – www.gpedi.blogspot.com). Essa fase da pesquisa foi apoiado pelo Programa de Inclusão à Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Sergipe. Os resultados apresentados, por sua vez, foram obtidos dos microdados das duas últimas Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), nos anos de 2002/2003 e 2008/2009. Para esclarecimentos sobre a metodologia, favor entrar em contato com os autores. Cabe assinalar, contudo, que os dados de despesas e renda apresentados abaixo são reais (deflacionados pelo INPC-alimentação e bebidas) e que as unidades de referência são o domicílio e o mês.

Considerando despesas com alimentação e quantidades de alimentos adquiridas como indicadores de consumo de alimentos, o consumo de alimentos no Brasil diminuiu, enquanto aumentaram a renda média real e o preço médio pago. Este último, acima da inflação do período (45,5% contra 38,2%). Após reforçar-se as evidências que o aumento da renda não evita a redução do consumo de alimentos, são tratados os efeitos dos preços.

	N de domicílios	Renda doméstica	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Despesas Preço domésticas	Despesas per capita	
2002/2003	45429549	1827,74	625,51	24,26	7,55	2,71	226,93	71,81
2008/2009	53087918	2015,56	753,01	21,28	7,30	3,94	212,23	73,75
Tx de variaçã	16,9%	10,3%	20,4%	-12,3%	-3,3%	45,5%	-6,5%	2,7%

Quando considerados os estratos da POF, quais sejam, capital, resto da região metropolitana, urbano sem região metropolitana e rural, os sentidos das variações de renda, preço e indicadores de consumo de alimentos observados para todo o país permanecem os mesmos para os estratos. Assim, o aumento da renda aconteceu para todos os estratos, enquanto os preços pagos repetiram o aumento acima da inflação apresentado para todo o país.

1 Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFS e responsável pela pesquisa.

2. Alunos do curso de Graduação em Economia, pesquisadores bolsistas do PIIC/UFS e participantes do GPEDI.

Nesse sentido o estrato “rural” foi aquele que apresentou maior aumento do preço médio pago. Em função do aumento médio da renda e da diminuição das despesas com alimentação, a participação na renda das despesas com alimentação diminuiu para todos os estratos.

Mesmo quando considerados os estratos da pesquisa em termos de cada grande região política, esse quadro não se altera significativamente. Neste sentido, o estrato “rural” continua sendo aquele onde os preços pagos mais aumentaram, desta feita em todas as regiões, mas a relação inversa entre variação de preços e de quantidades não acontece nos estratos “capital” da Região Norte e “resto da região metropolitana”, da região Sul, onde a quantidade média aumenta. O estado de Sergipe, por sua vez, reproduz a relação inversa entre preço de alimentos e indicadores de consumo. Em termos de estratos, o estado de Sergipe também acompanha o padrão apresentado para todo o Brasil, mesmo aquele segmentado para as grandes regiões. Os preços aumentam menos, contudo, nos três estratos sergipanos do que para os conjuntos Nordeste e Brasil.

	Nome do Estrato	Número de domicílios	Renda domiciliar	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Preço	Despesa domiciliar	Despesa per capita
2002	Capital	119183	2038,48	593,25	20,62	6,3	3,02	238,43	72,40
	Rural	114285	466,86	133,08	24,61	7,2	2,31	215,76	64,01
	Urb-RM	221973	791,26	240,63	22,59	6,9	2,58	212,34	65,04
2008	Capital	154342	2162,11	723,36	19,21	6,5	4,09	208,89	71,13
	Rural	115943	882,86	263,61	24,14	7,2	3,32	219,55	65,83
	Urb-RM	268227	1007,41	331,33	20,29	6,6	3,62	199,98	65,40
Taxa de variação	Capital	29,5%	6,1%	21,9%	-6,8%	2,8%	35,7%	-12,4%	-1,7%
	Rural	1,5%	89,1%	98,1%	-1,9%	0,2%	43,6%	1,8%	2,9%
	Urb-RM	20,8%	27,3%	37,7%	-10,2%	-3,2%	40,7%	-5,8%	0,6%

Considerando-se como medida de resposta do consumo de alimentos com relação à mudança de preços a taxa de variação do consumo dividida pela taxa de variação dos preços e chamada aqui de elasticidade-preço da demanda por alimentos, essa medida para todo o Brasil foi muito baixa (-0,3). Tal elasticidade é a mesma daquelas apresentadas por todos os estratos, exceto no “urbano sem região metropolitana”, onde ela é um pouco menor (-0,2).

As elasticidades dos estratos são diferentes por Região, mas em todos os estratos de todas as regiões, a alimentação é preço-inelástica, ou seja, sua elasticidade é baixíssima (ou muito abaixo de 1, em módulo). Isto pode resultar de ser a alimentação um consumo baseado em hábitos rígidos. Diferentes graus de “reação” a variações de preços, por sua vez, podem representar, por exemplo, diferentes condições de acesso às mercadorias, determinadas pela localização das mesmas.

O estado de Sergipe apresenta elasticidades -0,2 nos estratos “capital” e “urbano sem região metropolitana” (capital), sendo perfeitamente inelástica no estrato rural. Cabe considerar-se que assim como para o Nordeste e todo o Brasil, também em Sergipe é no estrato rural onde os preços pagos mais aumentam.

Considerados 14 grupos de alimentos da POF, excluídos “agregados” e “bebidas alcoólicas”, passaremos a caracterizar a cesta de alimentos de cada estrato POF e a reação, em cada estrato, da variação do consumo de alimentos, que acompanha uma variação de preços dos mesmos, aqui chamada de elasticidade-preço da demanda de alimentos.

Os domicílios das capitais gastam em média R\$ 466,95 com alimentação. As maiores parcelas de suas rendas (embora todas individualmente pequenas) são ocupadas pelas despesas com os seguintes grupos: a) “carnes e vísceras” e “aves, ovos e laticínios” se alternam nas duas primeiras posições; b) “panificados e carnes industrializadas”, “pescados de água-doce”, “pescados marinhos”, respondem, respectivamente, pela terceira, quarta e quinta maiores parcelas da renda. Desses, o único que aumentou de participação na renda foi o de “carnes e vísceras”, resultado do maior aumento de preços (72,7%), visto que a elasticidade para este grupo é a menor, como pode ser visto na tabela da próxima folha. Esse grupo, porém é o segundo de maior diminuição da quantidade média (9,9%), muito proximamente ao primeiro, que foi “aves, ovos e laticínios” (10,6%). Essa maior diminuição da quantidade, por sua vez, se explica por ser a elasticidade para este grupo a maior, mesmo tendo sido o aumento de preços o menor.

Os domicílios rurais, por sua vez, gastam em média R\$ 463,87 com alimentação (quase o mesmo que na capital);

As maiores parcelas da renda (embora todas individualmente pequenas) são ocupadas pelas despesas com os seguintes grupos: a) “carnes e vísceras” e “cereais, leguminosas e hortaliças tuberosas” se alternam nas duas primeiras posições; b) “pescados de água-doce”, “aves, ovos e laticínios”, “pescados marinhos” e “farinhas, féculas, massas, cocos, castanhas e nozes” se alternam entre a terceira, quarta, quinta e sexta maiores parcelas da renda. Desses, o único que aumentou de participação na renda foi o de “carnes e vísceras”, resultado do maior aumento de preços (70,7%), combinado a uma elasticidade muito baixa. Também por conta de ser muito baixa a elasticidade e terem enfrentado significativos aumentos de preços, as maiores diminuições de quantidades acontecem nos grupos que se alternam entre a terceira e sexta maiores parcelas na renda.

Os exemplos dos estratos “capital” e “rural” também são acompanhados de possível mudança de padrão de consumo alimentar.

Alguns grupos de alimentos aumentaram de quantidades consumidas, apesar do aumento de preços.

No caso das capitais, na metade superior de participação das despesas na renda da última POF, como dito anteriormente, estão as despesas nos grupos de alimentos “peixes e frutos do mar”, “peixes de água doce” e “óleos, gorduras e alimentos preparados ou semi-preparados”. Dentre esses últimos estão as refeições fora de casa, ou comida comprada pronta. Estes aumentaram suas quantidades consumidas, apesar dos aumentos de seus preços.

Para o estrato “rural”, diferentemente do que ocorre no estrato “capital”, o grupo “carnes e vísceras” (cujos gastos aumentaram de participação na renda) foi o terceiro de maior aumento da quantidade média (7,8%). Tal aumento ajudou a elevá-lo para primeiro lugar no ranking de despesas na renda.

Também ao contrário do estrato “capital” as quantidades que diminuíram em mais de 10% fazem parte de grupos de alimentos, cujos gastos estão na metade superior de participação na renda. Exceção a isso é o grupo “Enlatados e conservas”, que permaneceu em último lugar e teve sua quantidade média diminuída em 18,6% .

Dentre os outros três cujas quantidades aumentaram, mais um está na metade superior de participação de gastos na renda (peixes e frutos do mar). Isso fez com que esse grupo subisse uma posição no *ranking* tratado. Dentre os dois grupos restantes (“bebidas não-alcoólicas e infusões” e “frutas”), destaque para este último que, tendo aumentado sua quantidade em 29,6%, foi promovido duas posições em termos de participação de despesas na renda.

Grupo de despesas	Capital	Resto da RM	Urb-RM	Rural
63/63-64	-0,4	-0,2	-0,3	-0,6
64/65-66	-0,3	-0,3	-0,4	-0,5
65/67	-0,3	-0,2	0,0	-0,1
66/68	-0,2	0,1	0,1	0,3
67/69	-0,4	0,0	-0,1	-0,4
68/70	-0,2	0,2	-0,6	-0,1
69/71	-0,1	-0,1	0,1	-0,1
70-79/72	0,3	0,5	0,3	-0,1
80-89/74-76	0,0	0,5	-0,4	-0,3
90/77	-2,4	-0,8	-0,5	-0,9
91/78-79	-0,8	-0,2	-0,4	-0,2
92/80-81	-0,1	-0,1	-0,1	0,0
93/82	-0,1	-0,1	0,6	0,1
94/84-85	0,1	-0,3	-0,1	-0,2